



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
DIREITO DAS PESSOAS LGBTI+

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Cláudio Luís Braga dell’Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 06/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até 21 de outubro de 2026		
DATA E HORÁRIO	De 26 de outubro a 20 de novembro de 2026 Aulas síncronas: 30/10, 06 e 13/11/2026, das 11h às 13h		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	12 horas
MODALIDADE	EAD	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTI+ - REALIDADE SOCIAL, INTERSECCIONALIDADES & POSICIONAMENTO JURÍDICO. I. CONCEITOS FUNDAMENTAIS, LETRAMENTO HISTÓRIA DO MOVIMENTO, DIREITOS HUMANOS E ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO. II. IDENTIDADE DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E EXPRESSÃO DE GÊNERO. III – CORPO, GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES. IV. ARCABOUÇO NORMATIVO E JURISPRUDENCIAL. RESOLUÇÕES CNJ 351/2020, 492/2023 e 525/2023		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Constitucional; Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Alteridade, Visibilidade e Comunidade de Cidadania Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional		
JUSTIFICATIVA	Atualmente, há necessidade de alinhar a atuação jurisdicional contemporânea às diretrizes humanitárias e aos marcos normativos urgentes estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A relevância e a atualidade do tema manifestam-se no desafio de garantir a dignidade humana em um cenário social marcado por profundas desigualdades estruturais, violência e preconceito sistemático contra a população LGBTI+, devendo a atuação jurisprudencial evitar a revitimização das pessoas vulneráveis que recorrem ao Poder Judiciário, conhecer e identificar as especificidades de corpos LGBTI+ e observar os marcadores sociais que se cruzam, como raça, etnia e classe social		

OBJETIVO GERAL	Ao final do curso, o magistrado deverá estar apto a atuar na temática do Direito da Antidiscriminação, analisando casos concretos sob as perspectivas de gênero e interseccional; reconhecendo conceitos, marcadores sociais, desigualdades estruturais e vieses que possam interferir na atividade jurisdicional; aplicando o arcabouço normativo nacional e internacional, a jurisprudência dos Tribunais Superiores e os protocolos do CNJ; e fundamentando decisões tecnicamente adequadas à prevenção e ao enfrentamento da discriminação, da violência e do assédio institucional, com vistas à garantia da igualdade material, da dignidade humana e do acesso efetivo à justiça.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Ao final do curso, pretende-se que o magistrado seja capaz de: Reestruturar a condução de audiências, banindo perguntas invasivas, linguajar inadequado ou abordagens baseadas em estereótipos, erradicando o fenômeno da revitimização; Fundamentar decisões judiciais a partir do letramento identitário e da jurisprudência de direitos humanos, superando o formalismo neutro que ignora vulnerabilidades estruturais; Policiar e neutralizar os próprios vieses inconscientes durante a instrução probatória, impedindo que preconceitos pessoais influenciem a valoração das provas; Adequar os registros processuais (termos, mandados, sentenças) ao respeito à identidade de gênero autoatribuída, observando rigorosamente o nome social e os pronomes adequados de partes, testemunhas e advogados ; e fazer a gestão da unidade judiciária para implementar a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (Resolução CNJ 351/2020), criando um ambiente institucional inclusivo e seguro.
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	André Souza Brito Juiz de Direito do TJRJ, Atuando na Justiça Itinerante atendendo diversas demandas do público LGBT+ desde 2018, Mestre em Direito e doutorando em Dir. Humanos na Universidade Veiga de Almeida, Vice Presidente do Fórum Permanente do Direito da Antidiscriminação da Diversidade Sexual da Emerj. Possui Formação de Tutores. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/9264904320404618
TUTORIA	André Souza Brito Juiz de Direito do TJRJ, Atuando na Justiça Itinerante atendendo diversas demandas do público LGBT+ desde 2018, Mestre em Direito e doutorando em Dir. Humanos na Universidade Veiga de Almeida, Vice Presidente do Fórum Permanente do Direito da Antidiscriminação da Diversidade Sexual da Emerj. Possui Formação de Tutores. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/9264904320404618

DOCENTES	Sara Wagner York Doutora em Educação (UERJ), travesti, pessoa com deficiência visual e psicanalista. Realiza pós-doutorado em Semiótica na UNESP e estágio doutoral na University of Pittsburgh (2024/2025). Professora visitante em universidades nos EUA, é pioneira como a primeira travesti a ancorar jornalismo no Brasil (Brasil 247). Atua entre Educação, Semiótica, Mídia e Saúde, integra GTs do Ministério dos Direitos Humanos e recebeu homenagens como a Medalha Chiquinha Gonzaga (Câmara Municipal do Rio de Janeiro), Luiz Gama e Esperança Garcia (maior honraria do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania no Brasil) e o Prêmio Antonieta de Barros (ALERJ), membra da Academia de Letras do estado do Rio de Janeiro (ACLERJ) e medalha Alumni - Estácio de Sá. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/9084306265158131 Hector Luiz Martins Figueira Pós-doutor em Direito, UERJ. Doutor e Mestre em Direito, Constituição e Cidadania, UVA. Professor Substituto UNIRIO. Pesquisador InEAC, UFF e NUPEPAJ, EMERJ. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6049290356793683 Francisco Marcos Motta Budal Secretário-Geral da EMERJ. Possui graduação em Direito pela Universidade Gama Filho (1994). Pós-Graduação em Direito Especial da Infância e Juventude UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996). Pós-Graduação em Gestão de Projetos AVM Faculdade Integrada da UCAM - Universidade Candido Mendes (2012). Professor de Direito Social e Direito da Infância e Juventude (Desde 1994). Professor de Direitos Humanos. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/5544211788922918 Sandro Gaspar Amaral Advogado e Sócio da Porto Amaral Advogados; Especialista em Direito Civil e Processo; Professor de Direito Civil na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (FEMPERJ), da Escola da Direito da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ), Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (FESUDEPERJ), entre outros diversos cursos jurídicos. Membro do IBDFAM. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6874469278758010	
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	O curso é composto de 3 módulos, cada um contendo um encontro síncrono, de duração de 2 (duas) horas cada, uma pasta de material complementar para as leituras da semana, vídeos ilustrativos relacionado ao tema a ser debatido, fórum de discussão e uma atividade avaliativa. Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma participativa. Todas as atividades propostas valem nota conforme descrito no item “avaliação” deste plano de curso. Materiais que serão utilizados nas atividades propostas: Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates Questões formativas Ferramentas ativas:	

	Mural Virtual Glossário Encontro síncrono (data/hora): 30/10/2026, 06/11/2026 e 13/11/2026 das 11h às 13h	
PROGRAMAÇÃO		
AMBIENTAÇÃO Período de: 26 e 27/10	Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as).	
Módulo 1 Período de: 28/10 a 03/11 Carga horária: 3h30min	Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 30/10/2026 (das 11h às 13h) Tema: Aspectos históricos, Letramento Identitário e Linguagem. Conteúdo programático: História e Evolução dos Direitos Humanos (decisões do STF pro população LGBTI+); Princípios invocados (Igualdade; não-discriminação; dignidade da pessoa humana; ao reconhecimento; ao livre desenvolvimento da personalidade; ao esquecimento, à busca da felicidade). Aplicação da Resolução CNJ nº 351/2020 e Resolução nº 492, DE 17 DE MARÇO DE 2023 Docente: André Souza Brito e Sara Wagner York Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (60min). Estudo de caso (50min.). Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa (1 hora). A avaliação ocorrerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação de estudante na aula síncrona e nos debates no fórum de discussão formativa 1. Leitura obrigatória: (30min) Emerj: folder-lgbtqiapn.pdf https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4808/1241768.pdf?sequence=3&isAllowed=y Resolução CNJ nº 351/2020 e Resolução nº 492, DE 17 DE MARÇO DE 2023 Leitura complementar de aprofundamento (opcional): Filme (Netflix): Minha Querida Senhorita	
Módulo 2 Período de: 04 a 10/11 Carga horária: 3h30min	Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 06/11/2026 (das 11h às 13h) Tema: Cidadania Sexual Conteúdo programático: Nome social, requalificação de nome e sexo; Infância queer, Direito ao Nome e Reconhecimento; Protocolo conjunto de atendimento de crianças e adolescentes trans – TJRJ, MPJRJ e DPRJ; A Lente da Interseccionalidade; Resolução CNJ nº 492/2023 (Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero). Docente: André Souza Brito e Sandro Gaspar Amaral Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (60min). Estudo de caso (50min.). Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa (1 hora). A avaliação ocorrerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação de estudante na aula síncrona e nos debates no fórum de discussão formativa.	

	Leitura obrigatória: (30min) Bento, Berenice. Abjeção: A construção histórica do Racismo. São Paulo: editora Bregantini, 2024. (Parte I) COMO CRIAR FILHOS GAYS: O CERCO ÀS CRIANÇAS VIADAS Eve Kosofsky Sedgwick. Tradução: Jefferson Rocha Leite De Oliveira1Apresentação e revisão: Vinícios Kabral Ribeiro (ECO/UFRJ) https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/86186/57521 Leitura complementar de aprofundamento (opcional): Preciado, Paul B. Manifesto contrasexual: Práticas subversivas de identidade sexual; tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2022.	
Módulo 3 Período de: 11 a 17/11 Carga horária: 4 horas	TEMA GERAL DO MÓDULO Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 13/11/2026 (das 11h às 13h) Tema: Arcabouço normativo e jurisprudencial Conteúdo programático: Mapeamento Jurisprudencial do STF e STJ; O que é Identitarismo? Representatividade e Ações Afirmativas: O impacto da Resolução CNJ nº 525/2023; Desvirtuamento da pauta LGBTQIAPN+: <i>legislative flooding</i>, HOMONACIONALISMO, Faux-feminismo (Feminismo de Fachada), adoção da Linguagem de Direitos Humanos, Weaponization (Instrumentalização), pinkwashing. Tokenismo. Docente: Francisco Marcos Motta Budal e Hector Luiz Martins Figueira Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (60min). Estudo de caso (50min.). Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa (1 hora). Mural virtual (30min) A avaliação ocorrerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação de estudante na aula síncrona e nos debates no fórum de discussão formativa. Criação de post no mural virtual sobre tema correlato ao módulo. Leitura obrigatória: (30min) Pânico moral e ativismo neoconservador: uma análise da audiência pública na câmara dos deputados sobre crianças e adolescentes transgêneros Haroldo Capelletti Nogiri Filho, Heloisa Fernandes Câmara https://doi.org/10.1590/2179-8966/2026/92622 Leitura complementar de aprofundamento (opcional): QUINALHA, Renan. Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Autêntica Editora, v. 3, f. 104, 2022. 207 p. RUBIN, Gayle. Políticas do sexo. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 144 p. Tradução de: Thinking Sex e The Traffic.	
Módulo de Avaliação final Período de: 18 a 20/11 Carga horária: 1 hora	Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso Avaliação das Aulas Avaliação de Reação	

AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)	Aulas síncronas – 20 pontos cada (60 pontos) fóruns de discussão - 10 pontos cada (30 pontos) Mural virtual - 10 ponto
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juizes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo

de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.